

#### Discurso proferido na sessão de 10 de agosto de 1987, publicado no DANC de 11 de agosto de 1987, página 4197.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Constituição; dados econômicos que justificam a elevação de Roraima à categoria de Estado; precariedade da estrutura da Justiça no Território; restrições à atuação do Governador.

A SRA. MARLUCE PINTO (PTB – RR. Sem revisão da oradora.): – Sr. Presidente e Srs. Constituintes: Sendo uma das quatro representantes de Roraima nesta Casa, quero aproveitar esta oportunidade e falar um pouco a V. Ex.ª sobre nosso Território, uma vez que desde a instalação dos trabalhos das Subcomissões, para, juntos, elaborarmos a Nova Carta, temo-nos empenhado para conseguir a transformação dos Territórios de Roraima e Amapá em Estado. O resultado até agora tem sido satisfatório.

Conseguimos dos nossos nobres colegas que fizeram parte dos trabalhos das Subcomissões União, Distrito Federal e Territórios, e na Comissão de Organização dos Estados a aprovação de nossas emendas.

Mas, em conseqüência de termos que enfrentar uma outra etapa, que é a da votação da emenda que iremos apresentar para votação em Plenário, vamos necessitar da anuência dos nobres colegas Constituintes, para conseguirmos realizar os anseios do nosso povo.

Quero falar sobre a potencialidade do Território de Roraima e cientificar os meus nobres colegas que, realmente, já estamos estruturados para enfrentar a administração do novo Estado tão almejado. Roraima, cuja superfície é de 232 mil quilômetros quadrados, com uma população de apenas 200 mil habitantes, incluindo a população indígena, continua sendo um dos grandes vazios demográficos do nosso País.

Limita-se com a Guiana e a Venezuela, sendo uma região que dispõe de 23 milhões de hectares de campos férteis, com suas fontes de riquezas naturais e minerais. Rico em madeira, recursos florestais, castanha, sorva e mais ainda em minerais que, além do ouro, diamante e cassiterita que, segundo as pesquisas já realizadas, há quem confirme que as jazidas ali existentes são mais ricas até do que as de Carajás; dispomos, também com abundância, de urânio, chumbo, zinco e nióbio.

Com relação à pecuária, é uma região bastante propícia, haja vista que, no nordeste de Roraima, temos cerca de 40 mil quilômetros quadrados de savanas. Quanto à agricultura, em Roraima, de 1979 a 1983 foi o período de maior desenvolvimento,



época de maior intensidade do fluxo migratório para o Território. Chegaram ao Território, no decorrer desses 4 anos, mais de 15 mil famílias: vindas do Sul do País, em menor escala e, em grande escala, vindas do Nordeste, especialmente do Maranhão, e se localizaram, em grande parte, no sul do Território, podendo-se afirmar, hoje, que aproximadamente cerca de 70% da comunidade rural do sul do Território é composta de maranhenses.

E essa intensa migração deu-se ao fato de os nossos irmãos brasileiros haverem tomado conhecimento do desenvolvimento do Território e que havia a grande possibilidade de fixação, de assentamento de suas famílias, principalmente na Perimetral Norte da BR- 174, que sai de Manaus e alcança a capital, Boa Vista. Não só houve desenvolvimento de subsistência, da agricultura com significativa produção de arroz, milho, feijão, mandioca, etc., como também de culturas permanentes: guaraná, seringueira, cacau e café.

O sul do território oferece amplas perspectivas para o cultivo do dendê, principalmente na faixa próxima ao Equador, onde o calor é mais intenso. Vale ressaltar que todas essas potencialidades do nosso território nos facilita uma complementaridade entre as economias de Roraima e a da Venezuela.

O modelo econômico da Venezuela é mais para o industrial, enquanto que o nosso é mais para o agrícola. A soja ali plantada poderá ser industrializada, o óleo comestível, em conseqüência da escassez deste produto na Venezuela e, também, de outros produtos primários que aquele país carece. Pelo que sabemos, eles fazem aquisição de galeto e carne suína em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, quando poderiam adquirir em Roraima onde dispomos de matadouro-frigorífico que foi inaugurado e entrou em pleno funcionamento em 1982, com capacidade para abater mais de 200 bois/dia.

Em contrapartida, poderíamos nos abastecer de pneus, combustíveis e asfaltos cujo preço na Venezuela não atinge a 1/4 dos preços de mercado no nosso País. Os grandes incentivadores do comércio de Boa Vista, capital do território, são os guianenses, que adquirem no nosso comércio desde o eletrodoméstico até os comestíveis.

Agora, quero falar-lhes sobre a estrutura administrativa para o novo Estado. Temos 10 secretarias; o banco já implantado há mais de 10 anos, com 5 agências no território e 3 em outros Estados, empresas estatais – no caso a Centrais Elétricas, a CAER que é a Companhia de Água e Saneamento e a Codesaima. Para instalar o Tribunal de Justiça, já



dispomos de um bom prédio, o Palácio da Justiça; para atender à toda estrutura do novo Estado, só está nos faltando construir o prédio da Assembléia Legislativa.

Entre outras dificuldades do nosso território permanecer como está e que é mais agravante, é referente à Justiça, sabemos que o Poder Judiciário é o poder disciplinador por excelência, a justiça é que faz a disciplina social. Pois bem, o Território de Roraima, com 200 mil habitantes, dispõe apenas de 3 juízes, dos quais normalmente um está licenciado – fica fora. Então são dois para atender a toda aquela área com 8 municípios, e conflitos de interesses enormes porque é uma região pioneira, é uma nova fronteira agrícola.

E mais, existe lá apenas o juízo singular, o juízo monocrático, a segunda instância, o juízo plural é aqui em Brasília. Hoje em Boa Vista, na penitenciária, há mais de 20 cidadãos com prisão preventiva decretada que, para conseguirem "habeas corpos" têm de ter no mínimo 200 mil cruzados para pagar a passagem e estada em hotel do advogado, além dos honorários advocatícios.

Como é que se pode conviver com essa estrutura que esmaga o cidadão no que ele tem de mais caro que é o seu direito de ir e vir, cerceado por contingências administrativas, topográficas, políticas, etc.

Este é um assunto que só pode ser resolvido com a transformação, com a emancipação do Território, com a sua justiça plural, seus desembargadores, seu tribunal. Sei de casos em que o indivíduo se exila de lá para escapar à penitenciária, abandona a fazenda, as suas propriedades, os seus negócios e até as suas famílias, porque sabe que, se voltar, vai ficar preso, já que o habeas corpus demora, aqui em Brasília.

O Sr. Joaquim Bevilácqua (PTB – SP): – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO: – Com a palavra, Sr. Constituinte.

O SR. JOAQUIM BEVILÁCQUA: — Muito obrigado. Nobre Constituinte Marluce Pinto, V. Ex.ª que honra esta Casa e honra a nossa Bancada, o Partido Trabalhista Brasileiro, tão bem representando o povo de Roraima, o povo brasileiro e a mulher brasileira, nesta Assembléia Nacional Constituinte, e tudo aquilo que V. Ex.ª vem falando sobre Roraima que, como todos os demais territórios do nosso Brasil, na verdade, é um pedaço mutilado do nosso chão, porque não têm a sua autonomia.

E nesta mutilação nós vemos, também, a preocupação de V. Ex.ª, sobretudo, com referência à aplicação da Justiça. O que há de mais grave nessa mutilação, no nosso entendimento, é exatamente o fato de não termos, nos territórios, em função da sua



dependência e da sua vinculação ao Poder central, o duplo grau de jurisdição, que é o mais natural dos direitos naturais.

É aquilo que V. Ex.ª salientou tão bem na sua bela oração, o fato de só termos lá uma única apreciação pela Justiça de 1º grau. Vai daí que, realmente, dada a distância, dadas as dificuldades, os custos, que nós sabemos, tornam a Justiça praticamente impossível, sobretudo para aquele de poucos recursos, como é, majoritariamente, a população do seu território, quiçá, futuramente Estado.

De forma que, eu parabenizo V. Ex.ª pela sensibilidade, a sensibilidade da mulher, daquela que já foi a Primeira Dama, e primeira dama, daquelas que iam à raiz dos problemas levar o calor humano aos mais humildes, como sei que, ao lado do seu esposo, o nosso querido ex- Governador Ottomar Pinto, assim o fez durante a sua gestão como Governador daquele Estado. Meus parabéns e a minha solidariedade a V. Ex.ª.

A SRA. MARLUCE PINTO: – Muito obrigada, meu caro Colega. Falarei agora sobre os recursos financeiros. Sei que há uma preocupação muito grande por parte dos nossos Constituintes. Constatei isso nos trabalhos das subcomissões e da Comissão sobre o ônus que essa transformação poderá causar ao nosso País, uma vez que, atualmente, ele está atravessando uma situação tão difícil.

Mas o que ocorre é que para a União, com essa transformação do Território em Estado, o ônus é irrisório, uma vez que, transformando-se ou não em Estado, a União já absorve todas as despesas dos pagamentos dos salários dos funcionários e outros investimentos, de acordo com as nossas necessidades, despesas essas que irão permanecer, seja Estado ou Território.

Hoje, o ICM de Roraima é igual ou talvez maior do que a arrecadação do Estado do Acre. E V. Ex.as podem perguntar às Lideranças do Acre se querem retomar àquela vida de submissão que existia no Acre, quando ele era Território. Tenho certeza de que nenhum deseja que isso venha ocorrer.

Com referência ao aspecto político de Roraima. Os Territórios, como sabem V. Ex.as, foram criados em 13 de setembro de 1943, ainda na época do nosso saudoso Getúlio Vargas, época da ditadura. Naquele período, os Territórios progrediram, porque, naquele regime, a representação estadual não era tão expressiva. Mas, no regime democrático, continuar como Território é regredir, porque a nossa bancada federal é composta de apenas quatro deputados.



Não temos senadores, e para a aprovação dos projetos de interesse da nossa nação, os assuntos são discutidos, nesta Casa, onde a aprovação é conquistada através do voto e com esta insignificante representação, torna-se difícil para nós políticos de Roraima, e desalentador para o povo que ali vive.

Conclamo os meus colegas Constituintes, ajudem o povo de Roraima. Todos vocês que representam, nesta Casa, os seus Estados, na hora de ser votada a minha emenda, lembrem-se que estão aprovando uma emenda que vai satisfazer a brasileiros que ali vivem, mas que saíram de todos os Estados à procura de melhores dias.

Para lá, eles migraram, tentando conseguir conquistar novas terras e dar um melhor sustento para seus filhos. Eles esperam dos representantes dos seus Estados de origem o voto que irá transformar o nosso querido Território em um futuro Estado, pungente, para o engrandecimento de nossa Pátria.

O maior anseio do povo de Roraima é escolher os seus Governantes. Não admitem mais que os governadores sejam escolhidos na esfera federal, para evitar que venha a permanecer a situação atual, da falta de comunicabilidade e assistência para as pessoas carentes.

E a comprovação dessa insatisfação, ora gerada no povo de Roraima, foi o resultado das eleições de 1986, que o atual Governador, em coligação do seu Partido, que é o PFL, com mais quatro partidos, apresentou 12 candidatos a deputado federal. O total de votos dos 12 candidatos foi aquém do resultado obtido por um único candidato do PTB, Partido de oposição no Território. E apesar da insatisfação daquele povo, ainda permanece à frente daquela administração, o mesmo Governador. A nossa luta para substituí-lo tem sido constante, mas até agora nada conseguimos.

E se continuamos lutando é baseado no que prega o nosso Presidente da República, que sua administração é voltada para o social, só que a justiça social e política ainda não atingiu o povo bom e honesto de Roraima.

O SR. GASTONE RIGHI: – Permite V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

A SRA. MARLUCE PINTO: – Com prazer, Nobre Constituinte.

O SR. GASTONE RIGHI: – Ilustre Constituinte, V. Ex.ª em seu discurso – é claro que se aprofunda com o conhecimento que tem das peculiaridades do seu Território, que, esperamos todos, venha a se transformar em Estado – analisa com muita acuidade os problemas regionais, a insatisfação popular, as questões sociais e políticas que lá se



desenvolvem. Mas, *en passant*, V. Ex.<sup>a</sup> tocou num ponto que me parece fundamental e que todos devem estar alertas para isso.

Uma região como a de Roraima, evidentemente com uma população, toda ela fruto de correntes migratórias, não consegue ganhar a sua identidade regional, política, administrativa e social, porque os que migram para lá não tendo o direito de voto, continuam eleitores nos rincões de suas origens. Então, grande parte de sua população sequer exerce o principal e elementar direito da cidadania que é o do voto, mantendo-se eleitor em regiões de suas origens.

Por outro lado, o exemplo de Rondônia tem um outro extremo; que quando território era tratado como um rincão absolutamente inviável, e, no entanto, assim que se anunciou a sua independência, a sua própria incorporação como Estado, sem ter sequer se transformado ainda em Estado, ocorreu lá o mais violento e surpreendente fenômeno de desenvolvimento, de povoamento e de progresso.

Na realidade, é preciso que o povo obtenha autonomia, que obtenha independência para que ele possa acreditar na sua terra, acreditar no seu empreendimento, acreditar no seu futuro.

Faço votos para que V. Ex.ª e o deputado Ottomar Pinto tenham sucesso nessa empreitada, ela é meritória. Na realidade, V. Ex.as demonstram por que aqui estão, e o que representam. Aquele bravo pioneiro de Roraima. Parabéns nobre Constituinte.

A SRA. MARLUCE PINTO: – Agradeço ao nobre Constituinte Gastone Righi, principalmente porque ele é um dos que têm trabalhado juntamente conosco – não só ele como toda a Bancada do nosso Partido – para sensibilizar o Presidente da República, no sentido de tirar aquele Governador.

Inicialmente, fomos ao Presidente para fazer ver a Sua Excelência que o povo, indiretamente, havia escolhido o Deputado Ottomar Pinto para governar aquela terra, uma vez que dos 43 mil votos apurados, 16 mil foram obtidos por aquele Deputado.

Achávamos que, com isto, o Presidente ficaria sensibilizado e chegaria à conclusão de que o Governador realmente não estava sendo aceito pelo povo e, principalmente, se tratou do de território, sei que muitos dos presentes têm conhecimento que em território o povo não tem nenhuma autonomia, porque quando não se é funcionário do Governo e se luta pelo progresso de sua empresa privada, tem se a maior dificuldade de sobrevivência, se não trabalhar ou vender para o Governo. Ainda mais que no território, a perseguição é constante.



Para V. Ex.ª terem uma idéia, nós tivemos lá agora, durante uma semana – fomos até na comitiva da Sra. Marly Sarney – e não tivemos acesso à televisão. Eles não queriam admitir que eu e o Deputado Ottomar Pinto compuséssemos a Mesa das autoridades, que não tínhamos direito por sermos do PTB, quando lá, modéstia à parte, somos a maior liderança do Território, porque são 4 Deputados, 2 são do PTB que representam nesta Casa 18 mil e 800 votos, e os 2 Deputados do PFL, nesta Casa, obtiveram apenas 6 mil e 500 votos.

Estamos num regime democrático, não se concebe que ainda aconteça casos dessa natureza. E é por isso, nobres constituintes e colegas – e desculpem-me os colegas do PFL, porque sei que isso não faz a maioria, não é o Partido que assim exige – eu gostaria que V. Ex.as mesmo do PFL se conscientizassem que Roraima tem necessidade de progredir, de ter um governador que realmente queira trabalhar, porque o que ali está, apesar de ser de origem humilde, agora só pensa na sua família.

E é isso que mais está criando animosidade entre ele e a comunidade que ali vive, porque conheceram aquele menino pobre que saiu de Roraima para se formar, que ficou em Belém depois de formado procurando ensinar nos colégios, e que retornou à sua terra levado pelo Constituinte Ottomar Pinto, quando, em 1979, foi para lá governar, e que durante 4 anos – é ruim que seja eu a falar, porque sou esposa dele – tudo que há no Território, realizado em benefício dos carentes, foi construído naguela época.

Para V. Ex.as terem uma idéia, D. Marly esteve lá e os prédios que ela visitou: creche e a escola especial, todos foram obras da época de Ottomar, porque até agora o atual governador nada fez. Então, meus nobres colegas, só há uma saída para Roraima: V. Ex.as votarem na transformação daquele território em Estado, para que em 1988 possamos realizar eleições para governador e o povo eleger, realmente, um homem que tenha identidade com aquele povo humilde de lá. V. Ex.as podem até hoje me olhar e estranhar, porque Joaquim Bevilacqua, nosso colega Constituinte falou que eu vivia na periferia da cidade, ao me verem vestida assim, não seja condigno com o que ele falou.

Mas eu quero dizer a V. Ex.as que lá naquele meu território, onde não nasci porque só cheguei em 1979 – eu sou de origem nordestina, nasci em Jaguaruana, no Estado do Ceará –, eu só ando de calça jeans e tênis, no meio das malocas indígenas – eu e o meu marido –, levando poeira nas estradas, e no inverno, andando na lama, para poder minimizar um pouco a carência daquele povo. Confio na sensibilidade de V, Ex.as em aprovar a transformação daquele nosso território.



O País nada vai perder, a nossa Nação não vai ficar mais sacrificada do que já está com essa transformação, porque com uma boa administração, com as suas riquezas minerais, nós temos condição de progredir, sem necessidade de estar sempre aqui na área federal, atrás de recursos para minimizar a carência do nosso povo. Muito obrigada. Era o que tinha a dizer. (Palmas.)